


O tempo presente, a história e o silêncio da memória nos livros didáticos

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.003-014>

Fabio Henrique Monteiro Silva
Doutor em História

Professor Assistente da UEMA/PPGHIST

RESUMO

No início do Século XXI temos observado uma infinidade de reflexões a respeito do Ensino de História, principalmente a partir da implementação do Plano Nacional do Livro Didático. No entanto, a relação entre história, tempo presente e memória, ainda se fazem ausentes nas discussões acerca dos livros didáticos da Educação Básica. O presente texto não busca aprofundar uma discussão epistemológica que se faz presente na formação do historiador, mas lançar bases discursivas de aproximações entre a memória e a história do tempo presente como bases propulsoras de sentidos de continuidade da vida.

Palavras-chave: História do Tempo Presente, Ensino e Memória.



1 INTRODUÇÃO

Teorizadas muitas vezes sob aspectos distintos e contraditórios, a relação entre história e memória ainda se fazem ausentes nos livros didáticos quando dizem respeito a dimensões socioculturais e epistemológica. Evidente que na produção do livro didático, o mesmo não deve priorizar discussões acerca das questões teóricas e metodológicas da história, porém, tais ausências permitem obscurecer a distinção entre história e memória e, essa relação, ao tornar-se obscurecida, contribui para que a história do tempo presente, quando tratada no livro didático, silencie a importância da memória como elemento definidor dos sentidos da vida.

A história tem passado permanentemente por uma série de elaborações, principalmente após a queda do paradigma iluminista que buscava a legitimidade do ato de fazer história pautada na busca de uma verdade científica. Dessa forma, o professor não passava de um atravessador de saberes, tendo como preocupação o repasse dessas verdades para o seu alunado. Isso contribuiu para que se construísse um saber histórico alicerçado pela ideia de que o passado poderia ser construído e reconstruído, a fim de que se pudesse, de fato, compreender aquilo que realmente aconteceu.

Nesse ínterim, a forma e os ensinamentos da feitura da história tinham como principal missão levar a verdade dos fatos aos alunos, verdade essa transmitida de geração a geração por um grupo de intelectuais que assegurava o seu saber a partir das fontes que legitimavam essa verdade. Assim, a relação aluno/ professor era uma relação caracterizada por um mestre que explicava as causas e as consequências do ocorrido, enquanto ao aluno cabia a função de apreensão desses acontecimentos.

Recentemente, a crítica acerca do fazer histórico veio como um contributo para que os historiadores comesçassem a se preocupar com a atual configuração da disciplina História. Nesse sentido, a narrativa, o discurso e a crítica literária são elementos que podem ajudar a perceber o que é e o que é fazer história hoje.

A história é uma narrativa do passado. Tal assertiva tornou-se uma máxima para os historiadores. Mas o que vem a ser o passado? Este de fato existe? Se a história é o que afirmamos do passado, consequentemente, é discurso? E se o passado não existe, se o que existe é o que afirmamos sobre este, o que poderíamos afirmar sobre o presente? O presente existe em história ou o que existe é o que dizemos do presente?

Sabemos que o que há de mais notável na história é que os fatos por ela descritos são passados e fatos passados já não são acessíveis à inspeção direta. Ou seja, não podemos testar a exatidão de afirmações históricas simplesmente verificando se correspondem a uma realidade conhecida independentemente. Embora o passado não nos seja acessível de forma direta, deixou-nos uma série de traços sobre si mesmo no presente, seja na forma de documentos, edifícios, moedas ou outros elementos intangíveis.

O dever de historiador não é apenas basear todas as suas afirmações em provas existentes, mas decidir também quais são as provas, à medida que busca reconstruir de forma inteligível o passado. Assim, do passado se buscam as memórias, os elementos conceptuais que contribuíram para o fazer presente dos indivíduos, sujeitos históricos.

Que a história é o estudo do passado, todos concordam. Mas que passado? O passado humano? Se essa for a resposta, existem áreas do passado das quais a história não toma conhecimento – por exemplo, as áreas que precederam a evolução do homem até chegar ao tipo de criatura que é hoje. Por isso, não seria pretensão da nossa parte afirmar que a história é sim o estudo do passado: do passado humano.

Se o nosso papel é narrar o passado, devemos ter segurança em relação a esse gênero literário. Os cronistas criticam os historiadores e, certamente, aqueles não sabem fazer história, como estes também não sabem narrar a história, ou pelo menos, não têm arcabouço teórico para perceber a importância da narrativa para contar o passado. Ressalta-se que o fato de afirmarmos que vamos contar o que aconteceu no passado não nos tornamos cronistas. No entanto, o conhecimento da crônica, da literatura e de outros elementos que nos ajudam na nossa escritura é de imenso valor.

Certamente não somos literatos. Por não o sermos nos ocupamos de sinais que, se não são verdadeiros, ao menos tiveram a tendência de ser. O que vai diferir o historiador do cronista é o fato de que este trabalha com o acontecimento e tem uma noção de verdade. Porém, trabalhar com o que diferencia de outro campo de saber não significa que não podemos utilizar as técnicas desses saberes. Assim, quando o historiador narra o passado, este deve se limitar àquilo que aconteceu, construindo o que pode ser chamado de uma narrativa direta, ou além de dizer o que aconteceu, também deve ao menos tentar explicar por que aconteceu. Assim, nossa narrativa deve ser “significativa” ou direta?

Devemos fazer da história aquilo que “precisamente aconteceu” ou podemos significar o acontecimento? Essa é uma escolha singular, haja vista que cada um, na sua escrita, escolhe – de forma arbitrária mesmo – a melhor forma de narrar o passado. O que não pode acontecer é o esquecimento das regras da narrativa, no sentido de que nós historiadores devemos ter como elemento definidor uma grande segurança daquilo que nos distingue dos cronistas, literatos, jornalistas e qualquer outro que também se utiliza do passado como ferramenta de trabalho.

Se a história é passado, qual o papel do presente na história? O passado pode ser um elemento de suma importância para percebermos, não de forma profética, algumas características do presente. Salienta-se que não temos o papel de elaborar certezas sobre o que está e o que pode ainda acontecer no presente, mas corroboramos o modo de pensar do qual nos aproximamos, ou pelo menos tentamos nos aproximar do passado, é porque esse passado nos é interessante no presente. Sendo assim, o presente é um objeto do historiador? Pode o historiador fazer uma história do presente?



2 A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

Nada mais importante do que o ato de contar a vida. O conto, a narrativa e a representação do passado só podem ser feitos a partir do lembrar, ato mnemônico que pode ser elaborado dentro da possibilidade do sensível. Assim, o visto, o sensível e apreciado são condições indispensáveis para a prospecção da memória.

A condição do lembrar é assunto corrente dentro das ciências humanas, o que vem suscitando uma série de debates sobre os espaços de memória, o lugar de memória, memória coletiva, individual, memória ressentida e até mesmo contra-memória. Poderíamos saber que nos esquecemos de algo se esse algo está esquecido? Será que podemos reconhecer o que se coloca fora da experiência sensível?

O objetivo deste trabalho não é mostrar os limites das abordagens teóricas que disputam a primazia ao se debruçarem acerca da memória – mesmo porque a nossa operacionalização do saber mnemônico é atravessada pela noção do sensível. Apesar disso, os outros olhares sobre o estudo da memória jamais poderão ser descartados no decorrer do trabalho, uma vez que esses servirão de substrato para o enriquecimento da pesquisa.

Memória e sensibilidade são condições inseparáveis do viver. Não conseguimos estabelecer uma noção de memória fora do sensível, fora do mundo exterior. A sensibilidade do homem e os reflexos desta no mundo terreno são condições essenciais para não nos tornarmos vítimas de uma amnésia coletiva, uma vez que nos tempos da condição pós-moderna, o passado parece esgotar-se no seu próprio passar. Tudo é efêmero, tudo está destinado ao esquecimento, mesmo que esqueçamos que estamos esquecendo.

A prepotência do presente encontra na memória uma reação contra o fugaz, contra o tornar-se nada, pois se tudo passa permanentemente, tornamo-nos um nada. Dessa forma, nada fica e nada somos. A memória seria, portanto, o resguardo de um tempo que vive em constante evaporação, seria a possível reação contra a perda irreversível da nossa identidade. Assim, o ato de lembrar e a sedução das lembranças tornam-se a resistência ao expurgo da nossa vivência que é constantemente jogado fora no esquecimento.

Diante desta conjuntura, a memória tornou-se uma arma eficaz na luta contra a imposição do imediatismo, contra o vazio temporal imposto pelo apagamento do vivido, é a forma eficaz de manter vivas as lembranças, acendendo as luzes do passado, mesmo que este acender seja feito com um mero ato de apertar um botão no presente. Assim, as lembranças devem ser evocação de vida, ou mesmo convocação da vida, pois o ato de contar é experimentar lembranças e celebrar, até mesmo na dor, aquilo que foi lembrado.

O ato de lembrar é uma das maneiras de sermos: lembramos e logo existimos, sentimos o palpável. Por isso que, mesmo sendo o retorno dentro de uma concepção nietzschiana, o pior dos fardos a ser carregado, não compartilhamos com a assertiva de que o homem pode ser feliz sem a lembrança.

A lembrança é condição inefável do existir, pode ser um produto da elaboração da tristeza, mas, assim como a vida pode ser impossível sem o esquecimento, o é também sem o ato de lembrar. Mesmo que esse ato de lembrar, na percepção de Derrida (1994), possa ser comparado à dor daquele que vela um corpo que não mais existe. O que não pode ser compartilhado pelo olhar de Ricouer (2007) uma vez que para este, não há outro acesso melhor ao passado do que através da memória.

Compartilhando com a premissa de Rousso (2007, p. 97) quando afirma que “a questão ritual das diferenças entre história e memória parece estar ultrapassada”, concebemos que a criação dos lugares de memórias é elaborada a partir do momento em que as lembranças coletivas já não são partilhadas, quando os rituais sociais e os ritmos foram violados. Ressalta-se que para Albuquerque Júnior (2007, p. 199) somos manipuladores de memória “sejam escritas ou orais, as memórias individuais ou coletivas têm se transformado numa das fontes cada vez de maior importância para o trabalho de gestão da História”.

Temos, assim, a operacionalização da memória do passado, cuja falha pode ser o esquecimento de dados, o substrato utilizado para a feitura deste trabalho. Como a memória, para Albuquerque Júnior (2007), é um ser múltiplo, corroboramos o referido autor quando este leva em consideração os diferentes níveis que compõem a “memória individual”.

E, sabendo que esses signos sensíveis ultrapassam os limites da temporalidade, salientamos as ideias de Albuquerque Júnior (2006, p. 201): “a memória involuntária, que chamaremos de reminiscência, é um nível em que a ‘memória individual’ é violentada por choques provenientes de signos sensíveis”.

Desse modo, compartilhamos com Rosa (2007, p. 54) quando afirma que “a história é uma forma de memória, mas nem todas as formas de memória são história”. A história é uma prática epistêmica que ao ser organizada, documentada e contada parte do princípio de verdade. Contamos a história de algo que aconteceu, e para contarmos esse acontecimento partimos de uma operacionalização de um saber racionalizado pautado no domínio da arte de reinventar o passado (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006).

Margareth Rago (1995), no artigo “O Efeito Foucault na historiografia brasileira”, afirma que de um minuto para outro todas as nossas frágeis, desgastadas, mas reconfortantes seguranças, haviam sido radicalmente abaladas por uma teoria que deslocava o intelectual dos seus espaços e funções orgânicas, questionando seus próprios instrumentos de trabalho e modo de produção.

Segundo Rago (1995), o efeito Foucault foi tão avassalador que provocou reações diferenciadas: de um lado, levou a revitalização do Marxismo, outros mais ou menos timidamente cercaram-se das concepções de Foucault tentando entender de onde vinham e por onde apontavam. Tratava-se, pois, de uma nova maneira de problematizar a história, de pensar o evento e as categorias

através das quais se constrói o discurso do historiador. Não uma discussão sobre narrativa propriamente dita, mas sobre as bases epistemológicas de produção da narrativa enquanto conhecimento histórico.

Foucault (1996) questionava o estudo da história centrada no desejo de transformação social numa emocionada aposta na revolução. Ao questionar esse pressuposto, Foucault afirmou que a história não é mais do que um discurso. Paul Veyne (1988), nesta direção, mostrou que a história é uma forma cultural, através da qual os homens na contemporaneidade se relacionam com seus eventos e com o seu passado. Por isso, segundo Veyne (1988), a história é uma forma de conhecimento, uma escrita e não uma ação.

Portanto, a partir da concepção foucaultiana, o discurso é materializado junto com uma construção social, com suas próprias regras, normas, saberes e poderes. Não é o espelho da sociedade, não é neutro e nem deve ser considerado como verdade absoluta. Por isso, o documento histórico escrito não deve ser considerado como uma fonte detentora de verdades absolutas e imparciais, tornando-se necessária uma análise externa do seu discurso. Ou seja, quem fala, de onde fala e por quem fala. Assim, a dizibilidade foucaultiana tenta restaurar a liberdade da palavra, recuperando a continuidade das práticas que possam informar saberes diferenciados; por isso, Foucault busca ressaltar as discontinuidades, o começo e não a origem. Assim, a história, sob a ótica de Foucault, é nominalista, uma prática discursiva que participa da elaboração do real, pois o real para Foucault é materializado a partir do discurso, uma vez que não existe fora da linguagem.

A partir desses pressupostos, a história pode ser considerada como uma arte narrativa, próxima da ciência, mas distante da elaboração científica do século XIX. A experiência, sob a visão foucaultiana, “não é uma voz do passado que precisa ser esquecida e precisa ser salva, mas uma fissura no silêncio, silêncio a que está condicionada a maior parte dos seres humanos e de suas experiências” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 139). Deste modo, Foucault rompe com o silêncio do passado e, a partir das condições do saber no século XX, consegue contribuir para a elaboração de um novo sujeito: o sujeito histórico. Portanto, o passado se configura, dentro da elaboração foucaultiana, como uma grande guerra que os homens do presente travam a fim de dar, nesse tempo presente, novas explicações no sentido de tentar romper com as verdades históricas estabelecidas sobre o sujeito homem na atualidade.

Outro expoente que afirma que todas as grandes tradições historiográficas perderam sua unidade fragmentando-se em propostas diversas frequentemente contraditórias é Chartier. Para Chartier (2002), o desafio lançado por uma nova história das sociedades da qual a micro história italiana pode ser considerada como uma modalidade exemplar consiste, portanto, a necessária articulação entre, de um lado, a descrição das percepções, das representações e das racionalidades dos atores e, de outro, a identificação das interdependências desconhecidas que, juntas, delimitam e informam suas estratégias.

Ao longo de sua obra “A beira da falésia”, Chartier (2002) discute o porquê da importância da noção de representação, demonstrando, dentre outros aspectos, que a história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força.

Chartier (2002) ratifica a ideia dos historiadores que consideram que a escrita da história pertence ao gênero da narrativa com a qual compartilha as categorias fundamentais. No entanto, afirma que somente com a tomada de consciência da distância existente entre o passado e sua representação, ou como afirma Ricouer (1994), entre o que um dia foi, e não é mais, pode se desenvolver uma reflexão sobre as modalidades, ao mesmo tempo comuns e singulares da narrativa da história.

É importante salientar que Chartier (2002) não compartilha com Hayden White (2001), visto que este não identifica no discurso da história se não um livre jogo de figuras retóricas, mas uma expressão entre outras da invenção ficcional. Contra essa dissolução do estatuto do conhecimento da história, Chartier (2002) ratifica que a história é comandada por uma intenção e por um princípio de verdade; que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso; e que seu conhecimento pode ser controlado.

Para Chartier (2002), o trabalho do historiador está dividido em duas exigências. A primeira, clássica e essencial, consiste em propor a inteligibilidade mais adequada possível de um objeto, de um corpus, de um problema. A segunda, obriga a história a travar um diálogo com outros questionamentos filosóficos, sociológicos, literários etc. Somente através desses encontros, a História pode inventar questões e forjar instrumentos de compreensão mais rigorosos.

3 O CONTEMPORÂNEO, A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE NOS LIVROS DIDÁTICOS

Pensar o presente na história, ou o presente da história, é cair na incerteza do tempo. O tempo não pertence ao historiador. O tempo, como bem afirmara Agostinho (2000), é uma concepção psicológica, o tempo não existe, ele vai se esvaziando sobre nossas mãos. O tempo de fato não nos pertence, ou seja, o que fazemos é uma tentativa de cronometrar o tempo, damos a ele uma significação, mas não podemos torná-lo concreto.

Sendo assim, o presente existe na história? Quais os critérios utilizados para recortarmos o tempo presente? Quando começa a contemporaneidade? Até onde o pós-moderno, em se tratando de tempo, vai sobreviver? Esses questionamentos são de extrema importância para o historiador que se utiliza daquilo que chamam de história do tempo presente, mesmo porque, se o passado não existe, o mesmo podemos dizer do presente? Se esse tempo presente não existe, o que, e como ele é tratado no livro didático? Há razão para que a memória seja esquecida nos livros didáticos?

O presente quando for narrado já deixou de ser presente, por isso, “Thompson afirma que, ao historiador, caberia trabalhar o passado, o presente seria pertinente aos estudos da sociologia” (MULLER, 2007, p. 17).

Não teremos como preocupação aqui definir qual o objeto da sociologia ou da história, ou o que diferencia o objeto de ambas; a nossa preocupação, de fato, é tentar perceber qual o lugar da memória e da história do tempo presente na produção dos livros didáticos. Para isso, escolhemos duas obras que foram aprovadas pelo Plano Nacional do Livro Didático de 2011. Dentre várias obras, optamos pelos livros de Gilberto Cutrim, *Saber e Fazer História e Viver a História* de Claudio Vicentino, pois acreditamos que estas obras estão enquadradas no quadro desenvolvido por Fabiana Almeida e Sonia Miranda (2012) quando em sua pesquisa afirmam que o conceito de memória aparece somente em 25% dos livros didáticos aprovados pelo PNLD.

De acordo com Almeida e Miranda (2012) salta aos olhos a ausência da discussão do conceito de memória em boa parte dos livros aprovados pelo PNLD, ainda que para elas tenha alcançado certo avanço. O que nos chamou a atenção, é que, se salta aos olhos em grande parte dos livros didáticos o conceito de memória, quando se trata da obra de Gilberto Cotrim e Mário Schmidt, eles também estão ausentes. Além da ausência de um conceito de memória, percebemos que o tratamento dado ao tempo presente também não leva em conta a discussão dessa nova abordagem da história.

Reiteramos que não estamos querendo que o aluno do Ensino Médio seja um iniciado em história, muito menos um historiador, no entanto, certamente se essas questões de caráter teórico e metodológico estão ausentes nessas obras, a aprendizagem de determinados assuntos são prejudicadas.

Esse é um aspecto ainda tênue, pois se a história é a narrativa do passado, o presente só é narrado quando esse mesmo presente se tornou passado. O presente é imediato, é construído, é passagem, é movimento. Portanto, podemos dizer que é praticamente impossível narrar o presente, pois esse é extremamente efêmero. Para que ele possa ser narrado, ao menos aos olhos dos historiadores, deve tornar-se passado, não porque o passado é o nosso objeto de estudo, mas tão somente porque apenas conseguimos dizer algo, do ponto de vista histórico daquilo que já passou, não de algo que está acontecendo. Esse “estar acontecendo” pode até pertencer ao saber histórico, no entanto, só podemos narrar sobre o acontecer quando o mesmo tornar-se acontecido. Ainda assim, mesmo no tratamento daquilo que passou, não significa afirmar que a elaboração do passado possa ser construída como de fato foi, pois o que fazemos é uma significação discursiva acerca de acontecimentos que ocorreram no passado, seja ele próximo ou distante do nosso tempo terreno, seja ele lembrado ou relembrado, coletiva e individualmente, pois mesmo sendo coletiva a memória é uma faculdade individual. Desse modo, a história é um objeto de construção cujo lugar não é o tempo presente, mas as elaborações feitas por homens do seu tempo e sobre acontecimentos ocorridos num passado – seja recente ou longínquo. Sendo a história um objeto de construção, pautado no sensível e na memória, somente com uma

elaboração segura acerca dessas dimensões da cultura o professor do Ensino Médio poderá lançar mão de um ensino da história do tempo presente alicerçado na memória

Se levarmos em consideração os que definem a história a partir de um paradigma moderno, dando a esta um lugar de progresso, a Segunda Guerra Mundial seria “o marco de distinção entre o que seria o tempo passado e o tempo presente na pesquisa histórica” (MULLER, 2007, p. 18). Nesse sentido,

Chamamos a atenção para duas instituições que vêm trabalhando com a noção de História do Tempo Presente. São elas o Institut d'Histoire du Temps Present (IHTP), criado na França nos anos 70 e vinculado ao CNRS, com um corpo de pesquisadores e publicações majoritariamente dedicadas aos estudos sobre a história francesa do pós guerra bem como sobre teoria e método; o Institute of Contemporary British History, vinculado à University of London, que vem organizando conferências e seminários sobre a história britânica do século XX, em especial pós Segunda Guerra Mundial. (MULLER, 2000, p. 19)

Esses são alguns dos exemplos concretos de instituições que vêm se preocupando com o tempo presente como objeto de estudo da história e, se o presente é para essas instituições objeto da história, cabe a nós historiadores indagarmos qual o critério que poderia definir o que pode ser considerado como história do tempo presente.

Assim, Muller (2007) define o tempo presente na história embrenhado de questões: Quando começa o tempo presente? Com a Primeira Grande Guerra? Com a Segunda Guerra Mundial? Ou com a Queda do Muro de Berlim? Além desses elementos que poderão definir o começo desse novo campo da história, outra não menos significativa indagação seria: qual o método utilizado para a construção da história do presente, ou, pode a história do tempo presente ser uma disciplina? Qual a importância da memória para a ressignificação da história do contemporâneo? O tempo presente é um tempo da pós-contemporaneidade ou faz parte do mundo contemporâneo?

Certeau (1988) pode contribuir para o direcionamento de tais questões quando nos pergunta o que fabrica o historiador quando “faz história”. Dando elementos para o diagnóstico de tal questão, afirma-nos que a operação histórica é uma combinação de um lugar social e de suas práticas científicas. Desse modo, a “organização da história é relativa a um lugar e a um tempo” (CERTEAU, 1988, p. 28). Por isso, cada sociedade deve se pensar historicamente de acordo com os instrumentos que lhe são próprios.

O olhar sobre o passado é atravessado pelo presente, na medida em que esse passado é “antes de tudo um meio de representar uma diferença” (CERTEAU, 1988, p. 40). Assim, o olhar acerca do passado nunca deixa de ser um dado segundo uma lei presente que pode definir esse mesmo passado, mas tal definição se constrói concomitantemente a uma distância mantida pelo historiador, uma vez que esse distanciamento em relação ao conhecido presentifica uma situação vivida.

A partir dessa perspectiva, poderíamos incorrer numa infinitude de pensamentos e não queremos cair na incerteza do inexplicável. O que podemos salientar é que essa é uma escolha singular.

Não podemos deixar de criticar Muller (2007) e o Institute of Contemporary British History haja vista que ambos se ocupam da definição dos métodos e do recorte temporal do Tempo Presente, como elemento de recorte temporal, os fatos ocorridos no mundo europeu. Todos os exemplos citados pela referida autora foram os acontecimentos europeus ocidentais. Assim, poderíamos indagar: tal assertiva, do existir de uma história do Tempo Presente não seria uma saída para a tentativa de continuidade de uma pseudo-supremacia da historiografia europeia ocidental?

Além disso, escrever sobre o acontecido é escrever sobre as dificuldades daquilo que presenciamos – como bem lembrou Hobsbawm (1995) em seu livro “A Era dos Extremos”. Assim, Heller (1993, p. 333), ao escrever sobre o presente na história afirma que: “História não é simplesmente a história do nosso passado, mas a história do passado do nosso presente e também do nosso presente”. Nesse sentido, a distinção entre presente e passado é muito tênue, é algo que depende fundamentalmente das nossas escolhas teóricas e práticas.

Essa não deixa de ser uma escolha arbitrária. Além disso, desde Tucídides, a história do Tempo Presente é praticada, pois podemos citar uma série de historiadores do Tempo Presente, desde a Antiguidade Clássica até o referido tempo presente. Estaria Tucídides fazendo história do tempo presente quando escreveu sobre a Guerra do Peloponeso? Assim,

Evocar Tucídides é recordar, a propósito de uma obra que foi não apenas escrita no calor do acontecimento, como por um responsável notório pelo curso que este seguiu, que a operação histórica visa, antes de mais nada, à busca de uma linha de inteligibilidade, de uma relação de causa e efeitos, meios e fins, barulho e sentido. (LACOUTURE, 2005, p. 290)

Estaria, para darmos um exemplo, mais próximo do Tempo Presente, Trotsky fazendo história do tempo presente quando escreveu sobre a história da Revolução Russa? O que podemos compartilhar é com o olhar de que fazer a história do tempo presente é talvez romper com a noção de tempo que veio sendo construída a partir da modernidade. Aquele tempo do progresso da ciência da certeza. No entanto, do ponto de vista historiográfico, mesmo quando estamos escrevendo sobre o tempo presente, estamos narrando o passado, pois esse presente já passou. Por isso, talvez a melhor definição da História do Tempo Presente seja “aquela escrita no nosso tempo, a partir de saberes, das idéias, da cultura do nosso tempo” (MULLER, 2007, p. 28).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUE HISTÓRIA ENSINAR?

O historiador, ao escrever sobre história, faz da sua a imagem do trabalho de um artesão do presente, sempre buscando novas formas de arte a fim de poder construir novos produtos em busca de novos mercados. Assim, o historiador e professor de história deve buscar novas formas de abordagens para que possa construir seu saber. Mas, na perspectiva de ensino da história, qual a relação entre esta a história do tempo presente e a memória? Podemos pensar o presente como uma nova forma de



construção do ensino de história? Caso afirmativo, uma das ferramentas para a construção desse saber deve ter como preocupação a prospecção da memória. Desse modo, o uso da memória é de vital importância para a compreensão do mundo atual.

Essa é uma ideia coerente na caracterização da tarefa da História. Não por se admitir aí uma missão atravessada pelo comprometimento com a construção de uma história atual, mas, sobretudo, porque tal como um artesão do presente, o historiador precisa trabalhar com os elementos que constituem o mundo atual. Dessa forma, a memorização de um passado recente pode ser uma tarefa mais prazerosa para os alunos que, muitas vezes, não se interessam por assuntos que não fazem parte do seu contexto, que, de fato, não faz parte da sua história.

Nessa perspectiva, o historiador e professor jamais deve esquecer que somos objetos da história, e como tal, sofremos influência do meio em que estamos inseridos. Assim, as memórias recentes serão nossas fontes que permitirão a compreensão de conjunturas atuais na medida em que somos violadores de memória e manipuladores dessas fontes, ainda que essas, muitas vezes não se fazem presentes nos livros aprovados pelo PNDL

Por outro lado, uma série de elementos serve de empecilho para se pensar em um ensino voltado para o presente, que vai desde a necessidade de seguir um currículo imposto pelas instituições educacionais, bem como pela inépcia de grande parte dos profissionais que ainda pensam em uma história que tem como objetividade a compreensão do passado. Certamente que não estamos questionando a história como um passado, no entanto, não compartilhamos com a ideia de possibilidade de compreensão dos fatos passados como se os mesmos pudessem vir à tona a partir da escritura do historiador.

Desse modo, o presente aqui foi tratado como um passado recente, o que não deixa de ser passado, porém não com os olhares e as perspectivas que eram dadas ao passado enquanto objeto da história. Por isso, o recuo acerca do passado aqui tratado como presente deve ser uma das ferramentas utilizadas para que se possa construir uma história de fato preocupada com as mudanças que estão por vir.

Quantas vezes não nos arvoramos da ideia de que somos construtores de uma sociedade mais crítica e coerente! Diversas vezes, historiadores e professores de história se diziam responsáveis pela construção de uma sociedade consciente. Daí, nada mais plausível e coerente do que pensar e utilizar o presente para que se possa alcançar determinado nível de consciência.

Se a história é uma disciplina que tem como elemento de preocupação o conhecimento acerca do passado, para que se possa construir uma sociedade mais crítica e consciente, nada mais coerente do que pensarmos esse passado recente, aqui tratado como presente e como memória. Caso consigamos compreender o presente, tratá-lo como objeto da história e conseguirmos diagnosticar problemas e até mesmo tratar de tentar encontrar algumas soluções para o caos social no novo milênio, aí teremos



alcançado o verdadeiro objetivo do saber histórico. Saber esse que também precisa ser tratado na Educação Básica



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de & MIRANDA Sandra Regina. Memória e História em livros didáticos de História: o PNL D em perspectiva. *Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 46, p. 259-283, out./dez. 2012. Editora UFPR*

AGOSTINHO. Os Pensadores: Santo Agostinho. São Paulo: Nova Cultural, 2000. (Coleção os Pensadores).

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Violar Memórias e gestar a História: abordagem a uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um parto difícil. In: História: a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2007.

Experiência: uma fissura no silêncio. In: História: a arte de inventar o passado. São Paulo: EDUSC, 2006.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano -1: Arte de fazer, Petrópolis: Vozes, 2002.

A operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CHARTIER, Roger. A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade /UFRGS, 2002.

DERRIDA, Jacques. Espectros de Marx. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DIAS, Maria Odila Leite. Hermenêutica do Cotidiano na historiografia contemporânea. In: Projeto. História. Trabalhos da memória. São Paulo, n.17, nov., 1998.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HELLER, Agnes. Uma teoria da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Extremos. Tradução de Marcos Santarita. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: _____. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MULLER, Helena Isabel. História do Tempo Presente: algumas reflexões. In _____. História do Tempo Presente. São Paulo: EDUSC, 2007.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na historiografia brasileira. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, p. 67-82, out, 1995.

RICOUER. Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Unicamp, 2007.

Tempo de Narrativa. São Paulo: Papirus, 1994.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2007.



WHITE, Hayden. Tópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001.